julho 82 súmula 1.1

projeto radis reunião, análise, difusão de informação sobre saúde

Pólio, o êxito das campanhas

A incidência da poliomielite no Brasil teve uma queda brusca nos últimos anos. No período 1975/79 foram registrados em média 2.538,8 casos da doença. Em 1980 menos da metade (1.250 casos), em 81 só 125 casos e em 82 apenas um foi confirmado, permanecendo 43 sob suspeita. Especialistas em saúde atribuem esse recurso aos quatro dias nacionais de vacinação, realizados entre junho de 1980 e junho de 1981.

O esforço foi recompensador, inclusive do ponto de vista financeiro. Segundo Luís Felipe Moreira, médico do Inamps, os gastos com a vacinação antipólio realizados pelo Ministério da Saúde subiram de Cr$ 430 milhões em 1980 para 440 milhões em 1982. Ou seja, cresceram Cr$ 10 milhões em valores nominais e caíram em termos reais (descontada a inflação no período). Já os gastos do Inamps com o tratamento de pólio recuaram de Cr$ 365 milhões em 1980 para Cr$ 150 milhões, ou menos, em 1982.

Tais dados, segundo Luís Felipe, comprovam a eficácia da vacinação em massa e servem de estímulo para um possível direcionamento no sentido de gastar mais com a vacinação e outros métodos de prevenção. Luís Felipe sugere, inclusive, a transferência dos recursos economizados pelo Inamps com a pólio para o Ministério da Saúde, que assim poderia fortalecer seus programas de vacinação.

No Brasil "o vírus ainda está no ar", afirma o chefe do Departamento de Epidemiologia da Secretaria de Saúde do Paraná, Jair Pazello, que concorda com a necessidade de novas campanhas de vacinação. Já o Secretário de Saúde Pública de São Paulo, Victório Barbosa, é de opinião que a erradicação da doença será possibilitada não apenas pela vacinação, mas também pela melhoria das condições básicas de saneamento, pois o vírus da poliomielite se propaga através das fezes.

Outro fator considerado estratégico pelos especialistas em saúde é a conscientização da população para a importância da vacinação. Jair Pazello afirma que não se deve esquecer que a defesa contra a poliomielite só está assegurada quando além das duas doses aplicadas em campanha, a criança toma outras três doses de rotina. A importância dessa vacinação voluntária, fora das campanhas, é comprovada pelo relatório de 1981 da Divisão Nacional de Epidemiologia/SNABS (MS). O estado vacinal dos pacientes acometidos da pólio mostra que apenas em 23,9% não foi aplicada vacina alguma; 30,8% tomaram uma dose, 28,2% tomaram duas, 12,8% tomaram três doses e 4,3% tomaram mais de 4 doses, restando 8 casos em que se ignora o estado vacinal dos pacientes. (OG – 22/05; ESP – 12/06; Relatório da Divisão Nac. Epidem./ SNABS/MS).

Quase 20 milhões de crianças vacinadas

Depois de esterilizar nas dependências do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde, da Fiocruz, nada menos que 23 milhões de vacinas antipólio importadas da Iugoslávia, que estavam contaminadas, o Ministério da Saúde as substituiu por vacinas belgas, que foram utilizadas no dia nacional de vacinação contra a poliomielite, realizado a 12 de junho último.

De um estoque de 37,3 milhões de doses, cerca de 19 milhões foram colocadas à disposição da 1º etapa da vacinação. Resultados parciais, divulgados até 17 de junho, indicavam o êxito da campanha apesar das condições climáticas desfavoráveis em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia. Isso porque de um total estimado de 19.005.483 de crianças até 5 anos de idade tinham sido vacinadas 13.958.615 (73,4%). Acima de 5 anos foram vacinadas 2.145.451 crianças. No total, mais de 16 milhões de crianças receberam a imunização.

Em Manaus foram aplicadas conjuntamente vacinas antipólio e contra sarampo. Dependendo dos resultados, o programa alcançará futuramente todo país. (JB-21/05; FSP – 30/05; OG – 13/06; ESP – 17/05; DP – 18/06).

Que venham as críticas

Esta SÚMULA é uma experiência nova. Portanto, sujeita a equívocos e erros de avaliação. Ela tem dois objetivos principais: pretende ser uma sistematização de notícias dispersas – o que, imaginamos, deverá interessar aos especialistas – e pretende ser também um sumário das matérias mais relevantes dos principais jornais com respeito à saúde coletiva – o que deverá interessar aos sanitaristas espalhados pelo Brasil e sem acesso à imprensa de âmbito nacional.

Da leitura dos jornais, selecionamos aquilo que nos pareceu mais importante para os que trabalham em Saúde Pública. Demos prioridade às notícias de caráter político e econômico, sobre a prática e as políticas de saúde, sobre as relações entre meio ambiente e saúde etc. Em resumo, enfatizamos a relação entre saúde e sociedade. Nossa avaliação do que é "importante" coincide com a dos leitores? Não estamos sertos. Achamos que sim, mas só o tempo e a colaboração dos leitores poderão dar uma resposta. Por isso dependemos, para melhorar nosso trabalho, de sua opinião e sua contribuição. Quais os temas de seu interesse? Que tratamento se deve dar a eles? Que informações você conhece e que gostaria de divulgar?

A resposta do leitor é fundamental – e isso, acredite, não é um mero artifício retórico – para que esta SÚMULA se transforme efetivamente em um instrumento de informação eficaz entre os que trabalham e se interessam pela Saúde Pública.

Os interessados em receber gratuitamente esta publicação devem se dirigir ao Projeto RADIS
R. Leopoldo Bulhões, 1480
Rio de Janeiro, RJ, CEP 21041
tel. 230-1318

Alimentos: consumo cai

O Brasil possui no momento um dos maiores estoques de alimentos de sua história: dois milhões de toneladas de grãos (arroz, milho e feijão), 270 mil toneladas de carne bovina, 50 mil de leite e 100 mil de óleo de soja. Esses estoques, afirmam representantes oficiais, são o resultado de três grandes safras consecutivas.

O professor Fernando Homem de Melo, da Universidade de São Paulo, observa porém que o otimismo dos técnicos oficiais é exagerado. A produção de grãos, por exemplo, cresceu 12% no período 1977-1982 e a população também. Isso significa que a disponibilidade de grãos por habitante não aumentou. Assim, a atual sobra de grãos é explicada pela retração no consumo provocada pela recessão econômica e o desemprego e não pelo aumento da oferta. (FSP — 13/06)

Cargas sob controle

Cinco penalidades — advertência, multa em dinheiro, afastamento dos responsáveis pela empresa transportadora, suspensão temporária de fornecimento de autorização especial de transporte de cargas perigosas e cassação do registro da empresa para a realização desses serviços estão previstas no regulamento para o transporte de cargas perigosas em rodovias federais, divulgado pelo ministério dos Transportes. Regulamento que teve sua elaboração acelerada após as mortes provocadas pelo "pó da China".

Para a definição de cargas perigosas o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem tomou por base as recomendações da ONU, que englobam: explosivos, gases, líquidos inflamáveis, sólidos ou substâncias inflamáveis, substâncias oxidantes, substâncias tóxicas, infectantes ou irritantes, substâncias radioativas, corrosivos e substâncias perigosas diversas. (GM — 1/07)

Riqueza desconhecida

Em seminário realizado recentemente pelo Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos de São Paulo, o secretário nacional da Vigilância Sanitária, Antônio Carlos Zanini, revelou que o programa de cadastramento de plantas medicinais está atrasado pelo menos 15 anos e que há 30 anos o Brasil não produz medicamentos novos a partir de sua flora.

Diante desse quadro, somente daqui a 10 anos o Brasil terá condições mais efetivas de industrializar maciçamente drogas baseadas na flora medicinal, objetivo de um programa que vem sendo desenvolvido pelo Ministério da Saúde. Atualmente existem à venda 45 mil produtos derivados de ervas medicinais, sem qualquer comprovação científica de sua eficácia e consumidos basicamente no meio rural. Apesar dessa falta de controle, não foi registrada nos últimos 2 anos nenhuma ocorrência grave devido ao uso indevido ou dose excessiva de medicamentos baseado em plantas medicinais — o que é comum com medicamentos industrializados. (GM — 2/06; ESP — 3/06)

Auxílio que não veio

Quase mil metalúrgicos despedidos há mais de um ano pela indústria automobilística em São Bernardo do Campo estão esperando até hoje o recebimento do auxílio-desemprego — correspondente a até 80% do salário mínimo. Seus requerimentos, entregues na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, na tarde do dia 10 de junho de 1981, foram parar no Ministério do Trabalho, em Brasília. Esta foi a única informação fornecida pelo diretor da Divisão de Empregos e Salários da DRT-SP, Sílvio Ferreira.

O presidente da comissão do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo encarregada do auxílio-desemprego, Manoel Anísio Gomes, chegou a ir a Brasília para descobrir o destino dos requerimentos. O máximo que conseguiu saber, afirma, de uma funcionária do terceiro ou quarto escalão do Ministério do Trabalho foi que o fundo de auxílio-desemprego "está sem fundos". (FSP — 13/06)

Cubatão: tema da SBPC

Debater a situação de Cubatão foi uma das preocupações centrais dos cientistas reunidos no encontro anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizado este ano em Campinas. A gravidade da situação ambiental em Cubatão (São Paulo), em que são lançados 30 milhões de quilos por mês de poluentes, levou o governo federal a criar uma comissão interministerial para apresentar soluções de curto prazo em relação aos problemas causados pela poluição.

Levantamentos realizados pelos vereadores Florivaldo Cajé e Romeu Magalhães nos cartórios e cemitérios de Cubatão constataram que de 126 crianças mortas na cidade na faixa etária de 0 a 12 meses, nada menos que 37 eram natimortas. (FSP — 9/06, ESP — 20/06 e ESP — 1/07)

Desfolhante

A Eletronorte, o Conselho Nacional de Pesquisas e a Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal do Ministério da Agricultura fizeram um pedido ao Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia para realização de pesquisa sobre o uso de desfolhantes (agente laranja) na floresta amazônica. O objetivo é matar as árvores e impedir sua brotação para evitar que a decomposição das folhas dos caules tenros cause problemas à represa de Tucuruí e ao rio Tocantins, à jusante.

A idéia encontrou adversários dentro e fora da área oficial. O Secretário Especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto aconselhou o INPA a não realizar esse tipo de pesquisa, pois poderia abalar as relações do Brasil com os países do Pacto Amazônico. Já o Almirante Ibsen de Gusmão, presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, classificou o pedido de "irresponsável" lembrando que os desfolhantes têm efeitos nocivos sobre a estrutura genética da fauna, da flora e dos seres humanos. (ESP — 22/06 e OG — 24/06)

Favelas crescem

Entre 1970 e 1980 a população do município de São Paulo aumentou cerca de 44%. Já a população favelada cresceu em ritmo 10 vezes mais intenso — chegando a 446%. Esses dados, fornecidos pela Coordenadoria de Bem Estar Social da Prefeitura, comprovam, segundo o bispo Fernando Penteado, responsável pela Pastoral da Periferia e Áreas Carentes, que a migração já não é mais a principal causa da multiplicação do número de favelados. A responsabilidade agora recai mesmo sobre empobrecimento da população, pois a maioria dos novos favelados já morava na cidade de São Paulo. (FSP — 23/5)

Santas Casas em aperto

O presidente da Federação das Misericórdias do Estado de São Paulo, Arymar Ferreira de Barros, solicitou do governo federal extrema urgência no pagamento das cotas atrasadas do Pró-Rural e equiparação dos valores pagos por este programa aos pagos pelo Inamps na prestação dos serviços médicos hospitalares, que são três vezes maiores.

Arymar Ferreira recomendou, através de um comunicado, que as Santas Casas recusassem a mediação da Associação Paulista de Medicina no pagamento dos médicos (cerca de 7.000 em SP) que atendem os trabalhadores rurais. Caso contrário, 50% das verbas do Pró-Rural seriam repassadas diretamente aos médicos, reduzindo os recursos destinados aos hospitais filantrópicos. (Veja – 26/05; ESP – 6/05; ESP – 4/06 e ESP – 18/06)

Fechamento

A crise das Santas Casas de Misericórdia atingiu em cheio o órgão-símbolo dessa instituição – a Santa Casa de Santos, fundada em 1543 por Brás Cubas, que fechou as portas no dia 7 de maio. No momento em que encerrou suas atividades a entidade estava com apenas 70 pacientes, um passivo de Cr$ 1,2 bilhão e cerca de 300 médicos não recebiam seus salários há 6 meses.

O fechamento da Santa Casa teve implicações em toda a rede hospitalar da Baixada Santista. Os demais hospitais ficaram lotados e chegou a ser decretado estado de calamidade pública em Santos. (Veja 26/5; ESP 6/5; ESP 4/6; ESP 18/6)

Perseguições

As autoridades estaduais e municipais de São Paulo tomaram medidas de represália contra médicos que criticaram a precariedade do funcionamento dos postos e centros de saúde e se opuseram sua à utilização com finalidades políticos. A denúncia foi feita pelo presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Elio Fiszbejn, que citou 4 casos de retaliações em 30 dias. (FSP – 5/06)

A imprensa fala. E fala mal

A Previdência Social está na boca do povo. Sempre como alvo de críticas. A imprensa, ao longo dos últimos anos e, particularmente, dos últimos meses, tem refletido essa insatisfação.

A designação de Hélio Beltrão como titular do MPAS é uma tentativa de reverter a situação. A nível da imprensa, ele é uma quase unanimidade nacional. Sua imagem está associada ao exercício pleno da cidadania. É o ministro que recebe mais cartas, a favor, da população em geral. Sua competência é reconhecida pelos empresários, que saudaram com entusiasmo sua recente designação.

Logo de saída o novo Ministro mostrou ao que veio: sobrestou credenciamentos feitos por seu antecessor ao apagar das luzes de seu mandato os quais, ao que parece, foram motivados por critérios políticos – o ex-Ministro é candidato ao governo do Rio Grande do Sul – e concedidos sem grande rigor: entre os médicos recém-credenciados, os jornais noticiaram a presença de um livreiro, um bioquímico e uma pessoa inexistente.

A imprensa destacou também a aprovação por decurso de prazo, dia 24/6, do chamado "Pacote da Previdência". Após a taxação dos produtos supérfluos, anteriormente decidida pelo Congresso, o Executivo encaminhou ao Legislativo projeto de lei elevando de 8% para 10% a contribuição previdenciária dos assalariados e cobrando dos aposentados uma contribuição a que estavam até então isentos. Tais medidas, que podem resolver o problema imediato da Previdência, não resolvem sua crise de longo prazo, que todos sentem estar muito mais na própria estrutura previdenciária e no seu mal funcionamento. Por outro lado, há o risco de custarem caro aos deputados que, ao faltarem à seção do dia 24, permitiram sua aprovação por decurso de prazo: vários Sindicatos e Federações de Trabalhadores de todo o país já estão divulgando a lista dos ausentes, composta não só por deputados da situação, mas também da oposição.

Mas, na verdade, a notícia mais "quente" apenas se insinua: está sendo examinada nos altos escalões da Previdência uma proposta de reformulação da assistência médica prestada pelo MPAS. O documento não foi dado a público, mas sabe-se que sua ênfase está na descentralização dos serviços, na revisão nos critérios de pagamento e contratação dos serviços médicos privados, na integração efetiva dos estados e municípios no sistema. Fala-se inclusive na passagem dos serviços médicos para o Ministério da Saúde – isso pode ser ou não verdade, mas talvez seja um sinal de mudanças profundas.

Aliás, o eventual reforço do Ministério da Saúde é uma condição essencial para a efetivação de uma verdadeira e altamente desejável descentralização nessa área (Beltrão: "No Brasil só há um problema, a centralização. Todos os outros são decorrentes"). A reforma em estudos poderá ser, basicamente, um grande passo na efetivação da Lei 6229, que criou o Sistema Nacional de Saúde, e também na articulação entre trabalhos do MPAS (o "primo rico") e o MS (o "primo pobre"), que vem sendo tentada com algum progresso – desde, principalmente, o PREVSAÚDE.

Há razões para esperar que o Ministro Beltrão não implemente mais essa reforma da previdência e da assistência à saúde sem consultar os técnicos e os diretamente interessados – a população assistida. Afinal de contas, ele declarou aos jornais, enfaticamente, não ser um tecnocrata. (matéria apoiada na cobertura do ESP e da FSP).

Saúde: recursos do Finsocial

Programas de habitação popular, educação e saúde deverão receber o grosso dos Cr$ 250 bilhões que o governo federal espera arrecadar através do Finsocial – um imposto de 0,5% do faturamento das empresas criado pelo governo federal em maio. Fontes oficiais deram a entender que no caso da alimentação, o governo possivelmente tirará da gaveta o III Pronam – até agora inviabilizado por falta de recursos. No caso dos programas de saúde o grande beneficiário do Finsocial deverá ser o Ministério da Saúde, pois ao que tudo indica a opção oficial é canalizar recursos para a prevenção de endemias e não para a medicina curativa (a cargo da Previdência Social).

Apesar das boas intenções oficiais, os empresários desencadearam uma saraivada de críticas ao Finsocial, considerado altamente inflacionário por ser um imposto "em cascata", ou seja, que recai cumulativamente sobre as diversas etapas do processo produtivo. Os empresários não esconderam, também, sua intenção de repassar o Finsocial ao consumidor, cobrando mais caro por seus produtos. Aliás, segundo o ministro Delfim Natto, muitos deles fizeram isso antes mesmo que o imposto começasse a ser cobrado. E essa teria sido uma das razões dos 8% de inflação em junho. (Extraído do noticiário da GM)

Desnutrição: novos dados

O quadro de desnutrição das crianças brasileiras está sofrendo modificações importantes, de acordo com pesquisas recém-concluídas:

Levantamento realizado pelo sanitarista Denir Zamariolli, diretor-regional da secretaria de Saúde de Campinas, com base em dados das secretarias estaduais de saúde, do Ministério da Saúde e da OMS, levou-o a concluir que "conseguimos baixar a mortalidade na faixa de zero a um ano, mas nos descuidamos de outras faixas. Agora, a maior concentração de óbitos é na idade pré-escolar entre dois e cinco anos. Culpa da desnutrição".

Pesquisa mais específica desenvolvida pelo pediatra paulista Marco Antônio de Almeida Torres junto a 441 crianças com menos de 6 anos de idade nas cidades de São Sebastião do Umbuzeiro, na Paraíba, e Sertânia, em Pernambuco, mostrou que o estado nutricional dessas crianças é superior ao nível médio de cidades como Recife, Maceió, João Pessoa, Manaus e São Luís.

No terceiro grau de desnutrição estão 1,1% de crianças do sertão contra 3,3% das capitais. No segundo grau (peso entre 25% e 40% abaixo do normal) estão 10,7% de crianças do interior e 14,1% das capitais. A situação só se inverte no primeiro estágio (10 a 25% abaixo do peso normal), em que estão enquadradas 46% das crianças do sertão e 39% das capitais.

Os totais são alarmantes, em ambos os casos: 56,3% de crianças desnutridas nas capitais e 57,8% no interior. (ESP – 30/05; JB – 13/07; Veja 16/06).

Em 1.º lugar

O estado da Paraíba é o recordista mundial de mortes causadas por câncer no colo do útero. A afirmativa foi feita pelo citopatologista Grimaldo Carvalho, ao participar do V Simpósio Internacional de Prevenção e Detecção do Câncer, realizado em São Paulo. A alta incidência da doença na Paraíba é resultado da desnutrição, avitaminose, falta de higiene e do triconoma. É de 79% a incidência de lesões pré-cancerígenas e mesmo de câncer nas mulheres portadoras de triconoma e de 21% nas que não são portadoras. (ESP – 20/05)

Saturnismo em Franca

O saturnismo (intoxicação por chumbo) está colocando em risco a saúde dos montadores de calçados das indústrias de Franca (São Paulo). Foram realizados cerca de 700 exames de coproporfirina-urinária, dos quais 103 apresentaram resultados positivos. Durante o trabalho de levantamento, quatro sapateiros foram internados devido ao estágio adiantado da doença.

O saturnismo é provocado por tachinhas com excesso de chumbo, que os montadores colocam dentro da boca. Assim podem pegá-las mais rapidamente, o que aumenta a produção. Basta assim que o montador ingira 0,6 miligramas de chumbo durante dois meses para que o saturnismo se torne crônico. Os casos mais graves provocam encefalopatia que leva à confusão mental, sonolência, delírio e coma.

Em Franca mais de 220 empresas empregam montadores de calçados e alguns deles continuam sendo obrigados a trabalhar com as tachinhas na boca. Um perigo especialmente grave para os aprendizes, em sua maioria menores de idade que poderão ter seus anos de vida reduzidos.

Doenças evitáveis: surge o dengue

Dengue – Foram registrados cinco casos da doença em Boavista, capital de Roraima. O *aedes aegypti,* mosquito transmissor da febre amarela e do dengue, reapareceu nessa região, de onde fora extinto há mais de 30 anos. O último surto de febre amarela no Brasil foi registrado no Acre, em Sena Madureira, em 1942. O dengue jamais existiu no Brasil.

A Superintendência das Campanhas de Saúde Pública (Sucam) está desenvolvendo um trabalho de captura do mosquito. Uma das hipóteses para o reaparecimento do *aedis* e o surgimento do dengue é o grande movimento de colonos e garimpeiros nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e a Guiana, sobre o qual não há nenhum controle. (ESP – 19/05)

Malária – Surto verificado no norte de Goiás, nos municípios de Buriti e São Sebastião dos Tocantins e no povoado de Centro dos Mulatos, situados entre os rios Tocantins e Araguaia. Foram constatados 1.015 casos, sendo mais de 100 considerados graves. No município de Araguatins surgiram desde o início do ano, 613 casos, dos quais 7 fatais. Cem guardas da Sucam percorreram a região, borrifando as habitações com DDT. Essa ainda é a arma mais eficaz contra a malária. O problema é que o preço do DDT subiu brutalmente nos últimos anos, passando de 76 cruzeiros o quilo em 1980 para 664 cruzeiros em maio de 1981. (Veja – 16/06)

Meningite – Em Pernambuco foram registrados de janeiro a maio deste ano 198 casos, que provocaram 92 mortes. Dessas, apenas duas tiveram como causa a meningite meningocócica, que é a única transmissível. Em Botucatu (São Paulo) surgiram cinco casos de meningite, sendo um fatal. (ESP – 19/05 e FSP – 9/06)

Hepatite – A partir de abril começou a crescer a incidência da doença em Botucatu (São Paulo), que já registrou 78 casos desde o início do ano. Como o surto é na zona urbana, onde há redes de água e esgoto, as suspeitas recaem sobre as moscas ou leite cru comercializado irregularmente. Em Andradina (também São Paulo) 30 casos foram detectados só nos primeiros dias de maio. (FSP – 3/06)

Leptospirose – Cinco pessoas morreram em Salvador este ano e mais 18 estavam internadas no hospital Couto Maia. A Secretaria de Saúde considerou a incidência de doença dentro de sua "média normal". (JB – 25/5)

Esquistossomose – A SUCAM está tratando de 600 doentes no estado do Rio de Janeiro. O principal problema foi registrado em Pendotiba, entre Niterói e São Gonçalo onde a contaminação das águas é de 30% nos focos da doença – índice considerado elevadíssimo. Outro foco importante é o de Sumidouro. A SUCAM revela que em 1981 quase mil pessoas contraíram a doença esse no estado do Rio de Janeiro (JB – 24/5 e 25/5)

SÚMULA é uma publicação do projeto Reunião, Análise e Difusão de Informações sobre Saúde (RADIS), desenvolvido na Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ. As matérias e as opiniões aqui expressas não representam necessariamente a posição oficial da instituição, Fontes: O Globo (OG); Jornal do Brasil (JB); Estado de São Paulo (ESP); Folha de São Paulo (FSP); Gazeta Mercantil (GM); Veja; Isto é.